



SIMULADO FINAL

TJ RJ

Analista Judiciário
Nível Superior - Sem Especialidade
Pós-Edital

ESTRATÉGIA CONCURSOS

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TJ-RJ**, cargo de **Analista Judiciário - Nível Superior - Sem Especialidade**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/oXNw4YaxweH1GrRv7>

01 - ABCDE	15 - ABCDE	29 - ABCDE	43 - ABCDE	57 - ABCDE
02 - ABCDE	16 - ABCDE	30 - ABCDE	44 - ABCDE	58 - ABCDE
03 - ABCDE	17 - ABCDE	31 - ABCDE	45 - ABCDE	59 - ABCDE
04 - ABCDE	18 - ABCDE	32 - ABCDE	46 - ABCDE	60 - ABCDE
05 - ABCDE	19 - ABCDE	33 - ABCDE	47 - ABCDE	61 - ABCDE
06 - ABCDE	20 - ABCDE	34 - ABCDE	48 - ABCDE	62 - ABCDE
07 - ABCDE	21 - ABCDE	35 - ABCDE	49 - ABCDE	63 - ABCDE
08 - ABCDE	22 - ABCDE	36 - ABCDE	50 - ABCDE	64 - ABCDE
09 - ABCDE	23 - ABCDE	37 - ABCDE	51 - ABCDE	65 - ABCDE
10 - ABCDE	24 - ABCDE	38 - ABCDE	52 - ABCDE	66 - ABCDE
11 - ABCDE	25 - ABCDE	39 - ABCDE	53 - ABCDE	67 - ABCDE
12 - ABCDE	26 - ABCDE	40 - ABCDE	54 - ABCDE	68 - ABCDE
13 - ABCDE	27 - ABCDE	41 - ABCDE	55 - ABCDE	69 - ABCDE
14 - ABCDE	28 - ABCDE	42 - ABCDE	56 - ABCDE	70 - ABCDE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/xnym>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas*

1. Na frase “Porque a todos é concedido ver, mas a poucos é dado perceber.”, só não é possível afirmar que

- a) ver é universal.
- b) ver não é perceber.
- c) perceber é mais restrito do que ver.
- d) existe um contraste estabelecido na frase.
- e) perceber depende da vontade.

2. Assinale a opção que apresenta o texto que deve ser incluído entre os narrativos.

- a) O casarão ainda tentava exibir o luxo de tempos passados com azulejos portugueses e janelas imensas.
- b) Não vejo motivo algum para o uso de aparelhos eletrônicos em sala de aula.
- c) Evite falar qualquer coisa antes de conhecer os dois lados da história.
- d) A arara-azul deixou a horrível jaula onde definhava e agora voa livre pelo céu infundo.
- e) A sala permanecia silenciosa, iluminada apenas pela luz fraca do corredor.

3. Na escrita, ocorrem alguns processos de manipulação da realidade, como a reificação (tratamento de coisa dado ao homem) e a personalização, que dá características humanas a coisas ou animais. A opção abaixo que exemplifica uma personalização é:

- a) O silêncio tomou conta daquele velório por alguns momentos.
- b) Uma enorme cratera engoliu parte das casas afetadas após a enchente.

c) O projeto original sofreu diversas alterações ao longo da reforma.

d) Depois de tantos anos no mesmo emprego, ela decidiu resetar sua carreira profissional.

e) A crise econômica trouxe impactos severos no setor automobilístico.

4. Assinale a frase que mostra uma construção correta.

- a) Não há liberdade aonde reina o medo.
- b) A equipe permaneceu meio apreensiva diante das mudanças anunciadas.
- c) Perdão não havia para aqueles cujos os malfeitos persistiam aos olhos da ética.
- d) O churrasco só sairá amanhã senão faltar carne.
- e) O Brasil possui um vasto acervo de autoras à quem ainda devemos uma leitura mais atenta.

5. Nas opções a seguir há termos destacados que são referidos de forma diferente na continuidade do texto.

Assinale a opção em que essa referência é feita por um termo geral.

- a) As mudanças propostas geraram críticas, ainda que ninguém discuta a importância de realizá-las.
- b) A decisão foi tomada rapidamente pela assembleia, embora alguns moradores tenham protestado contra a escolha.
- c) Hoje em dia quem usa o celular em locais públicos está sujeito a perder o aparelho devido à criminalidade.
- d) A interdição da rodovia complicou o trânsito, mas a prefeitura não cogita retirar o bloqueio tão cedo.
- e) A paralisação dos professores da rede pública entra em seu décimo quinto dia sem previsão de retorno da greve.

6. Em todos os fragmentos textuais abaixo, há processos de retomada dos termos sublinhados; assinale a frase em que o processo é realizado por uma classe gramatical diferente das demais.

- a) Não tenha medo do amanhã; afinal, por que sofrer por algo que ainda não existe?
- b) Duas indústrias progridem hoje entre nós: a de grades e a de velas.
- c) Hoje o dia está ensolarado. Até parece que ele está pedindo praia.
- d) Li uma citação de Machado de Assis de que não tinha conhecimento.
- e) Como existem milhões de animais, não é possível listá-los todos aqui.

7. Assinale a opção em que se cometeu um erro no emprego de palavras parônimas ou homônimas.

- a) A juíza deferiu o pedido após a análise dos autos.
- b) O atleta acabou a corrida totalmente defesso.
- c) O governo federal distratou o contrato com a empresa de energia elétrica.
- d) A rainha demonstrou descrição ao comentar o episódio.
- e) A investigação contra o deputado só pode ter continuidade após o mandato parlamentar.

8. As frases abaixo foram modificadas da forma de voz passiva com o verbo ser para a forma de voz passiva com o pronome se.

Assinale a frase em que a modificação foi feita de forma correta.

- a) As casas foram interditadas pela Defesa Civil / interditou-se.
- b) Todo ano bilhões de reais são perdidos para a corrupção / se perde.
- c) Amanhã será anunciada a nova política de preços da Petrobras / Anunciar-se-á.
- d) Os dados foram divulgados nesta segunda-feira / divulgou-se.

e) Será votado o projeto de lei pelos deputados no fim de junho. / Votar-se-á

9. Assinale a opção que relaciona de modo **incorreto** o adjetivo à locução adjetiva destacada.

- a) O futuro está nas mãos da mulher que não se cala - eloquente.
- b) O juiz proferiu uma sentença que não admite contestação - irrefutável.
- c) Esta é uma parte do projeto que reflete sua essência - intrínseca.
- d) Era um resultado que não se podia prever - imprevisível.
- e) Havia algo no relato que não parecia corresponder à realidade - inverossímil.

10. Dentre as frases a seguir, adaptadas da obra Dom Casmurro, de Machado de Assis, assinale aquela em que houve troca indevida entre aquele e àquele.

- a) Mas é tempo de tornar àquele dia de novembro, um dia claro e fresco.
- b) Pois, meu caro colega, nada fez apagar àquele tempo da nossa convivência, os padres, as lições, os recreios...
- c) Efetivamente, o sino chamava os fiéis àquele serviço da última hora.
- d) Pois o mesmo sucedeu àquele sonho do seminário, por mais que tentasse dormir e dormisse.
- e) Então, vou-me embora. Eu vinha àquele negócio dos embargos...

11. Assinale a frase em que a expressão “é que” não está empregada para dar ênfase.

- a) Por que é que você saiu mais cedo hoje?
- b) Quanto é que um presidente ganha?
- c) Quando é que você saiu do trabalho?
- d) Como é que se chegou a esse resultado?
- e) Como a verdade é que a biblioteca desapareceu?

12. Assinale a frase que exemplifica a função emotiva da linguagem.

- a) Nasceu um vínculo de admiração entre mim e você.
- b) Amor é fogo que arde sem se ver.
- c) Sou um mistério para mim.
- d) Não se deixe levar pela raiva.
- e) Solidão não é estar só, é estar vazio.

13. Observe o seguinte texto argumentativo:

“Nós somos extremamente dependentes até nossos 2, 3 anos de idade. O ser humano não é que nem um bezerro ou um potro que sai da mãe já andando.”

Nesse caso, a argumentação do texto utiliza

- a) um exemplo.
- b) uma explicação.
- c) uma analogia.
- d) um apelo à inteligência.
- e) um apelo à emoção.

14. Leia o texto a seguir:

Ajudo pessoas e empresas a encontrar não só as novas possibilidades, mas a sintonizar com estas a energia e atitude que ajudem a torná-las histórias de sucesso.

Sobre a estruturação desse pequeno texto, assinale a afirmativa correta

- a) Há uma variante de construção nas formas verbais “encontrar” e “sintonizar”, que poderiam ser substituídas por “encontrarem” e “sintonizarem”, respectivamente.
- b) No texto, o conectivo “mas” tem valor de oposição.
- c) Na frase, o pronome demonstrativo “estas” se refere à expressão “pessoas e empresas”.
- d) O verbo “encontrar” tem por complemento tanto “não só as novas possibilidades” como também “a energia e atitude”.
- e) A forma verbal “ajudem” se encontra no modo subjuntivo para indicar evento futuro e incerto.

15. Assinale a opção em que a relação estabelecida entre as duas primeiras palavras sublinhadas se repete inadequadamente na continuação da frase.

- a) Picasso está para a pintura como Beethoven está para a música.
- b) Biblioteca está para livros como arquivo está para documentos.
- c) Nuvem está para mosquitos como cardume está para peixes.
- d) Baralho está para cartas como a Constituição está para leis.
- e) Raiz está para árvore como alicerce está para edifício.

16. A ambiguidade é um problema sério na escrita, pois compromete a clareza da mensagem. Todas as frases a seguir apresentam ambiguidade.

Assinale a opção em que ela é causada pela má colocação de uma palavra.

- a) Foi testemunhada a invasão do prédio.
- b) A construção da prefeitura foi rápida.
- c) A deputada deixou a plateia entusiasmada.
- d) O professor viu o aluno entrando na escola.
- e) Encontrei a obra e o artista de que gosto muito.

17. O texto argumentativo é aquele que apresenta razões para defender ou atacar uma opinião ou tese, com a finalidade de convencer alguém sobre algo.

Assinale o segmento que pode ser classificado como argumentativo, pois mostra uma tese e argumentos.

- a) Por pior que seja em dezenas de países, a democracia que conhecemos não é uma rele caixinha de papelão.
- b) Desde que façamos nossa parte, o sucesso será uma consequência natural do nosso esforço.
- c) O hábito da leitura não apenas enriquece nosso vocabulário, mas também melhora nossa capacidade de argumentação.
- d) Em uma sociedade fragmentada, cultivar a noção de cidadania é a única forma de corrigir o individualismo extremo.
- e) A existência humana se dá a partir de um espaço geográfico que tem vida e história, como defendia Milton Santos.

18. Assinale a frase em que o termo sublinhado é referencialmente identificado, de forma eficiente, para o leitor.

- a) Certo homem, funcionário da padaria, esqueceu a carteira no ônibus.
- b) Ayrton Senna se tornou um ícone do esporte para todas as gerações.
- c) O professor da universidade publicou recentemente um novo livro.
- d) A obra, muito comentada pela crítica, alcançou grande sucesso de vendas.
- e) 20 de novembro foi declarado feriado nacional.

19. A frase abaixo em que a preposição sublinhada tem valor semântico, não sendo exigida por nenhum termo anterior, é:

- a) A banca adiou as provas de um sábado para outro.
- b) A multidão cobra providências imediatas de autoridades.
- c) Regras de transparência já constam de normativos vigentes.
- d) O presidente voltou a se queixar por embargos de obras públicas.
- e) O candidato dispunha, em sua campanha, de muitos recursos.

20. Assinale a opção em que a palavra formada não se estrutura a partir de um mesmo processo.

- a) atrasar - atraso
- b) engasgar - engasgo
- c) mergulhar - mergulho
- d) tirar - tiro
- e) desmontar - desmonte

NOÇÕES DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA*Lilian Novakoski*

21. De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), assinale a alternativa correta:

- a) A deficiência é caracterizada exclusivamente por impedimentos físicos ou sensoriais permanentes.
- b) A avaliação da deficiência deve considerar apenas critérios médicos e clínicos.
- c) A pessoa com necessidades complexas de comunicação é aquela que, por qualquer motivo, tem dificuldades significativas para compreender ou expressar mensagens de forma oral, escrita, gestual ou por meio de outras formas convencionais de comunicação, necessitando de recursos e estratégias alternativas ou aumentativas para viabilizar a interação social, o acesso à informação e a participação em atividades da vida cotidiana.
- d) A deficiência pressupõe incapacidade relativa para a vida civil.
- e) O poder público, junto à iniciativa privada e sociedade, deve adotar soluções destinadas à eliminação, à redução ou à superação de barreiras para a promoção do acesso a todo patrimônio cultural.

22. À luz da Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade, assinale a alternativa correta:

- a) A acessibilidade limita-se à eliminação de barreiras arquitetônicas em edifícios públicos.
- b) A promoção da acessibilidade é dever exclusivo da União.
- c) A acessibilidade compreende a possibilidade de utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, transportes, sistemas e meios de comunicação.
- d) As adaptações razoáveis são facultativas ao poder público e aos particulares.

e) Os elementos do mobiliário urbano deverão ser projetados e instalados em locais que permitam que sejam utilizados apenas pelas pessoas portadoras de deficiência.

23. José é doador de sangue. Pelo menos duas vezes ao ano realiza doação ao banco de sangue de sua cidade. Conforme a Lei nº 10.048/2000, assinale a alternativa correta quanto ao atendimento prioritário:

- a) O atendimento prioritário é restrito às pessoas com deficiência física.
- b) O atendimento prioritário assegura apenas preferência em filas de bancos, não abrangendo outros serviços.
- c) O atendimento prioritário deve ser garantido às pessoas com deficiência, pessoas idosas, gestantes, lactantes, pessoas com criança de colo, pessoas com mobilidade reduzida, doadores de sangue e obesos.
- d) A lei assegura atendimento prioritário apenas em repartições públicas, não se aplicando a instituições privadas.
- e) O atendimento prioritário é restrito às pessoas com deficiência física e sensorial.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL*Tiago Zanolla*

24. À luz da Lei nº 10.633/2024, assinale a alternativa correta quanto à competência jurisdicional:

- a) Compete aos Juízos de Registro Público processar e julgar inventários, arrolamentos e requerimentos de alvará, por se tratarem de procedimentos ligados à formalização patrimonial.
- b) As ações relativas à sucessão por morte são sempre da competência dos Juízes de Direito em matéria de sucessões, inclusive quando cumuladas com investigação de paternidade.
- c) Os Juízes de Direito em matéria de sucessões não possuem competência para ações de prestação de contas de inventariantes e testamenteiros, que devem ser apreciadas pelos Juízos de Registro Público.
- d) Cabe aos Juízos de Registro Público processar e julgar feitos contenciosos e administrativos relacionados aos registros públicos, excetuado o registro civil das pessoas naturais.
- e) As ações diretas contra a Fazenda Pública envolvendo herança jacente e bens vagos são de competência dos Juízes de Direito em matéria de sucessões.

25. O Decreto nº 2.479/1979, que aprova o Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, dispõe sobre as penalidades disciplinares aplicáveis aos servidores. Acerca do tema, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

- () A pena de advertência será aplicada verbalmente nos casos de negligência, devendo ser comunicada ao órgão de pessoal.
- () A pena de suspensão poderá ser aplicada em caso de reincidência em falta já punida com repreensão, não podendo exceder a cento e oitenta dias.
- () A pena de repreensão será aplicada exclusivamente nos casos de dolo ou má-fé no descumprimento dos deveres funcionais.
- () A destituição de função impede a aplicação de outra penalidade disciplinar quando o servidor também for ocupante de cargo efetivo.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- a) V, V, F, F.
- b) V, F, V, F.
- c) F, V, F, V.
- d) V, V, V, F.
- e) F, F, V, F.

26. O Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro disciplina a competência do Órgão Especial. Acerca dessas disposições, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

- () Compete ao Órgão Especial processar e julgar, originariamente, o Vice-Governador e os Deputados Estaduais nos crimes comuns.
- () Os Secretários de Estado serão processados e julgados pelo Órgão Especial apenas nos crimes comuns, ficando excluídos os crimes de responsabilidade.
- () Compete ao Órgão Especial processar e julgar habeas corpus quando o crime estiver sujeito à competência originária do Tribunal, desde que o coator não seja membro deste.
- () Os mandados de segurança e habeas data impetrados contra atos do Governador, da Assembleia Legislativa e do Corregedor-Geral da Justiça são de competência originária do Órgão Especial.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo:

- a) V – F – V – V
- b) F – V – V – F
- c) V – V – F – V
- d) F – F – V – V
- e) E F – V – F – V

27. À luz do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do TJRJ, no que se refere ao recolhimento de custas processuais e à tramitação de cartas precatórias, assinale a alternativa correta.

- a) As custas judiciais relativas aos feitos de competência originária do primeiro grau deverão ser recolhidas após a prática do ato processual, ressalvadas apenas as hipóteses de urgência.
- b) O recolhimento das custas de cumprimento de cartas precatórias oriundas de outros Estados deverá ser comprovado e certificado, como regra, no Juízo deprecante.
- c) Não comprovado o pagamento das custas acrescidas no prazo fixado, a serventia deverá, obrigatoriamente, promover a cobrança administrativa antes de devolver a carta precatória ao Juízo de origem.
- d) As cartas precatórias de trâmite exclusivo no Estado do Rio de Janeiro, expedidas por determinação judicial ou a requerimento do Ministério Público, exigem o recolhimento antecipado de custas.
- e) As custas referentes aos feitos judiciais de competência originária do primeiro grau de jurisdição são, como regra, pagas antecipadamente, admitindo-se exceções expressamente previstas no próprio Código de Normas.

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA*Antônio Daud*

28. João, Prefeito do Município Alfa, nomeou sua esposa, Maria, para o cargo de Secretária Municipal de Saúde. Além disso, nomeou seu primo, Carlos, para o cargo de assessor especial em seu gabinete. Inconformado, um vereador de oposição procura seu advogado para analisar a legalidade dos atos.

Considerando a situação hipotética e as disposições da Lei nº 8.429/1992, assinale a afirmativa correta.

- a) A nomeação de Maria é ilegal, configurando ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração pública, visto que a proibição alcança a nomeação de parentes de até 3º grau, não alcançando, portanto, a designação de Carlos.
- b) Ambas as nomeações, de Maria e de Carlos, configuram ato de improbidade administrativa, pois a lei veda a nomeação de parentes até o terceiro grau para cargos em comissão ou de confiança.
- c) A nomeação de Carlos configura ato de improbidade que causa prejuízo ao erário, independentemente de sua qualificação técnica para o cargo.
- d) A nomeação de Maria para o cargo de Secretária Municipal de Saúde não configura ato de improbidade administrativa, por se tratar de cargo de natureza política, tampouco a nomeação de Carlos, parente de 4º grau.
- e) Nenhuma das nomeações caracteriza ato de improbidade administrativa, em razão da natureza política e especial dos cargos em questão, respectivamente.

29. Pedro, servidor público responsável pelo setor de licitações de uma autarquia estadual, frustrou, dolosamente, o caráter competitivo de um procedimento licitatório para aquisição de computadores, com o intuito de beneficiar a empresa de um amigo. A manobra não gerou sobrepreço ou qualquer prejuízo financeiro direto aos cofres públicos, mas a empresa vencedora não teria se sagrado vitoriosa em condições normais de competição.

Diante do exposto, e à luz da Lei de Improbidade Administrativa, a conduta de Pedro:

- a) não configura ato de improbidade, pois a lei exige a ocorrência de efetivo prejuízo ao erário para a caracterização do ato.
- b) configura ato de improbidade que causa prejuízo ao erário, mesmo sem dano financeiro, sujeitando Pedro à perda da função pública e suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos.
- c) configura ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração pública, tendo em vista a ofensa à imparcialidade resultante da conduta irregular.
- d) constitui mero ilícito administrativo, passível de punição disciplinar, mas não de improbidade, pois o ato não resultou em enriquecimento ilícito do agente.
- e) configura ato de improbidade que causa prejuízo ao erário, especificamente por frustrar a licitude de processo licitatório, mesmo que a conduta não tenha causado dano ao patrimônio público.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO*Fabiano Pereira*

30. De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa nº 8.429/1992, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário agir ilicitamente na arrecadação de tributo ou de renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público.
- b) Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos representará ao Ministério Público competente, para as providências necessárias.
- c) Constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado.
- d) Não configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.
- e) Os atos de improbidade que atentam contra os princípios da administração pública exigem lesividade relevante ao bem jurídico tutelado para serem passíveis de sancionamento e dependem do reconhecimento da produção de danos ao erário e de enriquecimento ilícito dos agentes públicos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO ADMINISTRATIVO***Fabiano Pereira*

31. O estudo dos atos administrativos representa um dos eixos centrais do Direito Administrativo, tendo

em vista que tais atos constituem instrumentos pelos quais o Estado manifesta a sua vontade, formaliza decisões, produz efeitos jurídicos e interfere na esfera individual e coletiva.

Um ato administrativo válido exige a presença de requisitos específicos, possui atributos que lhe conferem força jurídica própria e pode assumir diferentes espécies conforme a finalidade perseguida.

Considerando o conceito, os requisitos estruturais, os atributos e as classificações do ato administrativo, assinale a alternativa correta:

- a) O ato administrativo possui quatro elementos essenciais — competência, finalidade, forma e objeto — sendo o motivo mero componente eventual, aplicável apenas em atos discricionários, inexistindo em atos vinculados.
- b) A presunção de legitimidade é atributo que torna o ato administrativo imune a controle externo por órgãos de controle e pelo Poder Judiciário, visto que seus efeitos se impõem integralmente até eventual revisão administrativa.
- c) A imperatividade consiste no atributo que permite à Administração impor obrigações de forma unilateral ao particular, tornando obrigatório o cumprimento das determinações, independentemente de manifestação de concordância do destinatário, podendo ser exercida inclusive contra sua vontade.
- d) As espécies de atos administrativos — normativos, ordinatórios, negociais, enunciativos e punitivos — possuem natureza equivalente e destinam-se a regular condutas gerais com força vinculante ampla, não havendo distinção quanto às finalidades e efeitos jurídicos.
- e) Apenas órgãos integrantes da Administração Direta possuem legitimidade originária para praticar atos administrativos, dado que a Administração Indireta atua sempre mediante delegação e não possui prerrogativas próprias de manifestação unilateral estatal.

32. No Município Alfa, foi aprovada lei municipal que estabeleceu normas gerais para o funcionamento das feiras públicas, limitando-se a fixar diretrizes básicas sobre horários, requisitos sanitários e necessidade de autorização prévia.

Posteriormente, o Prefeito João editou decreto com o objetivo de disciplinar a aplicação da lei, especificando procedimentos administrativos, critérios técnicos de fiscalização, documentos exigidos e prazos para adequação dos feirantes, sem criar obrigações além das previstas na norma legal.

No que se refere aos poderes da Administração Pública, especialmente ao exercício do poder regulamentar pelo chefe do Poder Executivo, assinale a opção correta.

- a) O decreto é inválido, pois o poder regulamentar autoriza o chefe do Poder Executivo a inovar na ordem jurídica sempre que houver interesse público relevante, ainda que ausente previsão expressa em lei.
- b) O ato normativo editado caracteriza delegação legislativa, uma vez que o Prefeito complementou o conteúdo da lei por meio de decreto, exercendo função típica do Poder Legislativo.
- c) O decreto configura exercício do poder discricionário em sentido amplo, o que permite ao administrador afastar os limites impostos pela lei sempre que considerar a medida conveniente e oportuna.
- d) O poder regulamentar autoriza a edição de normas primárias pelo Poder Executivo, desde que respeitados os princípios constitucionais expressos e implícitos da Administração Pública.
- e) O decreto é legítimo, pois o poder regulamentar permite ao chefe do Poder Executivo detalhar e esclarecer a lei, viabilizando sua fiel execução, desde que não haja inovação no ordenamento jurídico.

33. No que se refere aos princípios expressos e implícitos da Administração Pública, assinale a opção **correta**.

- a) Enquanto a legalidade, a moralidade e a publicidade estão expressamente previstas no texto constitucional como princípios que regem a Administração Pública, a segurança jurídica, a razoabilidade e a autotutela foram lapidadas pela doutrina e pela jurisprudência como princípios implícitos, posteriormente recepcionados em normas infraconstitucionais, especialmente no âmbito do processo administrativo, com funções de limitar o poder estatal e proteger os administrados.
- b) A razoabilidade, por conferir maior flexibilidade às decisões administrativas, autoriza o administrador a afastar a aplicação de normas legais que considerar inadequadas ou inconvenientes, permitindo que a vontade subjetiva do agente público prevaleça sobre o texto expresso da lei em nome do interesse público.
- c) A autotutela consiste em princípio segundo o qual a Administração Pública exerce apenas controle externo sobre os atos praticados por outros Poderes, dependendo de autorização judicial para anular ou revogar seus próprios atos, em razão do princípio da separação de poderes.
- d) A publicidade dos atos administrativos tem como finalidade principal divulgar ações governamentais para valorizar a imagem das autoridades, sendo lícito utilizar nomes, símbolos e fotografias de agentes políticos em campanhas, obras e serviços públicos, desde que haja prévia autorização da autoridade máxima do órgão.
- e) A segurança jurídica é princípio meramente doutrinário, sem previsão em normas constitucionais ou infraconstitucionais, de modo que não pode servir como fundamento para limitar a atuação da Administração Pública, nem justificar a proteção da confiança legítima dos administrados em face de mudanças de entendimento ou de revogações de atos.

34. Durante forte tempestade, diversas quedas de árvores foram registradas em Veredas. Moradores comunicaram a queda de um tronco sobre a via principal, mas o grande volume de chuva e novos deslizamentos impediram atuação imediata da equipe.

Horas depois, o motociclista Renato colidiu com o tronco e sofreu lesões graves. A família ajuizou ação indenizatória, enquanto o Município alegou que o evento decorreu de força maior, rompendo o nexo causal entre sua conduta e o dano.

No que diz respeito às causas excludentes e atenuantes da responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.

- a) Caso fortuito e força maior afastam a responsabilidade do Estado apenas se não houver omissão específica e previsível.
- b) Caso fortuito ou força maior podem excluir ou reduzir a responsabilidade estatal quando rompem o nexo causal que liga a atuação administrativa ao dano.
- c) A caracterização de força maior afasta automaticamente a responsabilidade do Estado, ainda que demonstrada omissão específica na remoção do obstáculo da via pública.
- d) A culpa exclusiva da vítima afasta automaticamente a responsabilidade estatal independentemente do nexo causal.
- e) A responsabilidade do Estado é integral mesmo diante de caso fortuito, pois o Brasil adota a teoria do risco integral.

35. A função de controle representa mecanismo indispensável ao modelo republicano, pois visa assegurar que a Administração Pública atue dentro dos limites legais, respeitando princípios constitucionais, direitos fundamentais e o regime jurídico administrativo. O controle pode incidir antes, durante ou após a prática do ato, pode ser interno ou externo, e ainda assumir natureza administrativa, judicial ou legislativa.

Considerando as classificações, instrumentos e características do controle sobre a Administração, assinale a alternativa correta:

- a) O controle interno configura-se quando um Poder exerce fiscalização sobre outro, assegurando equilíbrio institucional e verificando legalidade de atos externos à sua estrutura orgânica.
- b) O controle judicial estende-se aos aspectos discricionários da Administração, permitindo ao Judiciário reavaliar conveniência, oportunidade e substituição da decisão administrativa sempre que houver insatisfação do particular.
- c) O controle por vinculação ocorre dentro da estrutura interna de um mesmo órgão público, sendo instrumento hierárquico que envolve relação direta de subordinação funcional.
- d) O controle legislativo compreende, dentre outros instrumentos, a possibilidade de sustar atos normativos do Poder Executivo que extrapolem o poder regulamentar, caracterizando forma de controle externo com natureza predominantemente política.
- e) O controle de mérito tem por objetivo examinar estritamente a legalidade do ato administrativo, sendo regularmente exercido pelo Poder Judiciário, que pode revogar o ato quando o considerar inconveniente ou inadequado ao interesse público.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Nelma Fontana*

36. Um cidadão ajuíza ação popular para anular contrato administrativo celebrado por empresa estatal, alegando ofensa à moralidade e dano ao patrimônio cultural decorrente da demolição de bem tombado. O juízo extingue o processo sem resolução do mérito por falta de prova robusta do dano imediato e condena o autor ao pagamento de custas e honorários, sob o fundamento de que o cidadão assumiu o risco da demanda. Considerando o regime constitucional do instituto, assinale a alternativa correta.

- a) A ação popular só pode proteger o patrimônio público em sentido estrito, não alcançando moralidade, meio ambiente e patrimônio cultural.
- b) A ação popular pode ser proposta por qualquer pessoa, inclusive estrangeiro residente, bastando demonstrar interesse na defesa da coletividade.
- c) O autor da ação popular deve sempre arcar com custas e sucumbência se não provar o dano, pois a gratuidade depende de êxito final.
- d) A ação popular admite tutela de patrimônio público, moralidade, meio ambiente e patrimônio histórico e cultural, e a sucumbência só ocorre se houver má-fé do autor.
- e) A ação popular é instrumento exclusivo do Ministério Público, cabendo ao cidadão apenas noticiar fatos e atuar como assistente.

37. O Estado Sigma editou lei proibindo, em óticas e estabelecimentos congêneres, a realização de exames optométricos, a manutenção de equipamentos destinados a tais procedimentos e a venda de óculos de grau e lentes de contato sem prescrição médica. Entidade de classe alega invasão da competência legislativa da União para dispor sobre condições para o exercício de profissões. Considerando a orientação do STF, assinale a alternativa correta.

- a) A lei é integralmente inconstitucional, pois qualquer disciplina sobre optometria e venda de produtos correlatos é matéria exclusiva da União.
- b) A lei é integralmente constitucional, podendo restringir exames e vendas sem prescrição, inclusive quando praticados por optometristas com formação superior.
- c) A lei só é constitucional se vinculada a situação excepcional de risco sanitário, com prazo determinado e revisão periódica por órgão técnico estadual.
- d) A lei é parcialmente constitucional, admitindo restrições em óticas, mas afastando sua incidência sobre optometristas com formação superior reconhecida.
- e) A lei é parcialmente inconstitucional, pois veda vendas sem prescrição, mas pode proibir exames apenas quando houver laudo médico prévio do consumidor.

38. O Conselho Nacional de Justiça edita ato normativo para padronizar a jornada de trabalho no Poder Judiciário e fixar parâmetros sobre o preenchimento de cargos em comissão, incluindo percentuais mínimos de ocupação por servidores efetivos e limites para requisições ou cessões. Uma entidade ajuíza controle concentrado, alegando violação ao pacto federativo, ao autogoverno dos tribunais e à separação de Poderes. Considerando a orientação do STF, assinale a alternativa correta.

- a) O conselho não pode padronizar jornada nem impor limites a cargos em comissão, pois invade o autogoverno, devendo cada tribunal disciplinar o tema por ato próprio.
- b) A medida só seria válida se cada tribunal a ratificasse e se lei complementar nacional tratasse da jornada, pois resolução do conselho não poderia inovar na administração.
- c) A resolução é inválida, pois ao limitar cargos e cessões interfere na gestão interna e viola a separação de Poderes, sendo irrelevante discutir legitimidade do autor da ação.
- d) A resolução seria válida apenas para órgãos do Judiciário federal, sem alcançar tribunais estaduais, já que o conselho não poderia uniformizar rotinas administrativas em todo o país.
- e) A resolução é válida por cuidar de gestão administrativa e pessoal, no âmbito do conselho, e, em uma das ações, o pedido não foi apreciado por falta de legitimidade.

39. O Ministério Público firma termo de ajuste com entidade esportiva nacional para impor medidas de transparência, integridade e regras mínimas de governança, após notícias de irregularidades. A entidade sustenta que tudo se trata de assunto interno e que a atuação ministerial viola sua autonomia organizacional. À luz da orientação do STF, assinale a alternativa correta.

- a) O Ministério Público pode firmar acordos e exigir mudanças em qualquer tema de administração interna das entidades desportivas, pois o interesse público no esporte afasta a autonomia.
- b) O Ministério Público é impedido de negociar ou ajuizar medidas sobre entidades desportivas, devendo limitar-se a comunicar fatos aos órgãos próprios do esporte, preservando integralmente a autorregulação.
- c) O Ministério Público só tem legitimidade para atuar em matéria esportiva quando existir investigação criminal formalizada, sendo vedadas recomendações e acordos de ajuste voltados a prevenir riscos.
- d) O Ministério Público pode atuar para proteger direitos transindividuais ou patrimônio público ligados ao esporte, mas não pode intervir em temas internos, salvo ilegalidade ou apuração de ilícitos.
- e) O Ministério Público pode celebrar acordos apenas se houver autorização expressa do Poder Executivo e adesão do órgão gestor do esporte, pois a autonomia impede atuação direta sem chancela.

40. O Estado Gama edita lei instituindo programa de serviço voluntário no Ministério Público local, prevendo atuação de voluntários em atividades descritas como funções técnicas e de assessoramento de interesse da Administração. A associação de servidores sustenta que a norma invade competência legislativa federal sobre direito do trabalho e cria risco de substituição de membros e servidores por mão de obra gratuita, além de afrontar moralidade e eficiência. Considerando a orientação do STF, assinale a alternativa correta.

- a) A norma é constitucional, desde que interpretada para vedar aos voluntários o desempenho de atividades típicas ou similares às atribuições de membros e servidores.
- b) A norma é inconstitucional, pois serviço voluntário em órgão público somente pode existir mediante lei complementar federal específica, ainda que os voluntários não desempenhe atividades similares aos dos servidores.
- c) A norma é inconstitucional, porque qualquer atividade técnica em órgão público caracteriza vínculo de emprego e exige concurso público.
- d) A norma é constitucional apenas se houver pagamento de bolsa mensal, pois a gratuidade descaracteriza o interesse público e o vínculo.
- e) A norma é constitucional, ainda que permita ao voluntário atuar em tarefas equivalentes às de servidores, se houver supervisão direta.

DIREITO CIVIL

Cadu Carrilho

41. Em 2019, determinado município editou lei prevendo a concessão de incentivo fiscal a empresas de tecnologia, condicionada ao cumprimento de metas de geração de empregos locais. Em 2024, nova lei municipal revogou integralmente o incentivo, sem prever regra de transição, afetando empresas que já haviam

realizado investimentos relevantes com base na legislação anterior e com todos os direitos para uso do benefício em vigor e conforme a lei inicial com prazo de utilização até 2027. Uma dessas empresas ajuizou ação buscando a manutenção do benefício até o término do prazo originalmente previsto. À luz da LINDB, é correto afirmar que:

- a) a lei nova deve retroagir para alcançar situações jurídicas consolidadas, pois a revogação é expressão do poder legislativo discricionário.
- b) a lei revogadora não pode produzir efeitos, pois viola automaticamente o direito adquirido das empresas beneficiadas.
- c) a revogação é válida, mas o intérprete não precisa considerar as consequências práticas da decisão, podendo modular seus efeitos para preservar a segurança jurídica.
- d) a lei nova produzirá efeitos a partir de então, mas deve respeitar o direito adquirido pelas empresas que cumpriram todos os critérios e já estão usufruindo do benefício.
- e) a revogação somente poderia atingir empresas que ainda não tivessem iniciado qualquer investimento.

42. Laura, 35 anos, sofreu grave acidente automobilístico que a deixou com severa limitação cognitiva, não consegue manifestar sua vontade em situações simples do cotidiano. Seus familiares ajuizaram ação buscando a interdição total. Segundo o Código Civil, é correto afirmar que:

- a) Laura deverá ser declarada absolutamente incapaz, diante da impossibilidade plena de autodeterminação.
- b) a interdição é obrigatória sempre que houver limitação cognitiva permanente.
- c) Laura poderá ser submetida à tutela, que deverá se limitar aos atos patrimoniais e negociais.
- d) a incapacidade relativa é incompatível com a proteção de pessoas com deficiência.
- e) Laura deverá ser considerada relativamente incapaz para os atos da vida civil.

43. Rafael adquiriu uma fazenda que possuía silos metálicos fixados permanentemente ao solo e um conjunto de máquinas agrícolas utilizadas na exploração da atividade rural. No contrato de compra e venda, não houve menção expressa a esses bens. Após a tradição do imóvel, o vendedor tentou retirar os silos e as máquinas. A respeito da classificação dos bens, à luz do Código Civil, é correto afirmar que:

- a) tanto os silos quanto as máquinas são bens móveis e não se transferem com o imóvel.
- b) os silos são bens imóveis por acessão, enquanto as máquinas são bens móveis.
- c) ambos são bens imóveis por natureza e integram automaticamente o imóvel.
- d) os silos e as máquinas são pertencas e não acompanham o bem principal.
- e) apenas as máquinas integram o imóvel, por destinação econômica.

44. Em situação de extrema necessidade, Ana, precisando custear tratamento médico urgente para seu filho, vendeu um imóvel avaliado em R\$ 800.000,00 por R\$ 200.000,00 a Carlos, que tinha pleno conhecimento da situação. O contrato foi celebrado por escritura pública. Três anos depois, Ana ajuizou ação buscando a invalidação do negócio. Com base no Código Civil, é correto afirmar que:

- a) o negócio é nulo, por ausência de equilíbrio econômico.
- b) o negócio é anulável por lesão, desde que proposta a ação no prazo decadencial legal.
- c) o negócio é anulável por estado de perigo, cujo prazo decadencial é de quatro anos.
- d) o negócio é válido, pois a escritura pública afasta vícios do consentimento.
- e) o negócio é ineficaz, mas não passível de invalidação judicial.

45. Em 2015, Marcos celebrou contrato de prestação de serviços com uma empresa de engenharia. Em 2016, ocorreram falhas graves na execução, mas os danos somente se tornaram plenamente identificáveis após laudo técnico emitido em 2021. Marcos ajuizou ação indenizatória em 2023. Considerando o Código Civil, é correto afirmar que:

- a) a pretensão está prescrita, pois o prazo começou a fluir em 2016.
- b) aplica-se o prazo decadencial, contado da assinatura do contrato.
- c) o prazo prescricional para essa situação é de dez anos.
- d) a pretensão é imprescritível, por envolver responsabilidade contratual.
- e) o prazo prescricional é suspenso até a conclusão do laudo pericial.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

46. Sobre os embargos de divergência, é correto afirmar que:

- a) Não poderão ser confrontadas teses jurídicas contidas em julgamentos de recursos e de ações de competência originária.
- b) A interposição de embargos de divergência no Superior Tribunal de Justiça não interrompe o prazo para interposição de recurso extraordinário.
- c) A divergência que autoriza a interposição de embargos de divergência pode verificar-se somente na aplicação do direito material.
- d) Cabem embargos de divergência quando o acórdão paradigma for da mesma turma que proferiu a decisão embargada, desde que sua composição tenha sofrido alteração em mais da metade de seus membros.
- e) No recurso de embargos de divergência, será observado o procedimento estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça.

47. Paulo ajuizou ação cujo objeto consiste em direito real sobre bem móvel. A ação foi ajuizada em desfavor de Carlos, cujo endereço é incerto e/ou desconhecido. De acordo com o Código de Processo Civil, Carlos poderá ser demandado

- a) no foro do local do bem móvel.
- b) onde for encontrado ou no foro de domicílio do autor.
- c) no foro de domicílio do autor, apenas.
- d) onde for encontrado, apenas.
- e) no foro do local do bem móvel ou onde for encontrado.

48. O exequente, em determinada ação de execução por título extrajudicial, teve notícias de que a empresa executada estaria abusando de sua personalidade jurídica, transferindo valores para o sócio de forma irregular e visando ocultar patrimônio. Diante disso, apresentou incidente de desconsideração da personalidade jurídica. De acordo com o Código de Processo Civil,

- a) O incidente de desconsideração é cabível apenas no processo de conhecimento e no cumprimento de sentença.
- b) Instaurado o incidente, o sócio será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 30 (trinta) dias.
- c) Concluída a instrução, se necessária, o incidente será resolvido por sentença.
- d) instauração do incidente não suspenderá o processo.
- e) Acolhido o pedido de desconsideração, a alienação ou a oneração de bens, havida em fraude de execução, será ineficaz em relação ao requerente.

49. Em determinado processo judicial, houve indeferimento da petição inicial após sucessivas emendas não cumpridas. O autor, inconformado com o pronunciamento judicial, apresentou o recurso cabível. De acordo com o Código de Processo Civil,

- a) O recurso cabível é o agravo de instrumento, sem a possibilidade de juízo de retratação.
- b) O recurso cabível é a apelação, sem a possibilidade de juízo de retratação.
- c) O recurso cabível é o agravo de instrumento, com a possibilidade de juízo de retratação.
- d) O recurso cabível é a apelação, com a possibilidade de juízo de retratação.
- e) O indeferimento da petição inicial se dá mediante decisão interlocutória.

50. Em réplica, o autor juntou determinado documento para contrariar as teses da defesa na contestação. O réu, então, pretende arguir a falsidade do documento juntado. De acordo com o Código de Processo Civil,

- a) A falsidade deve ser suscitada no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da intimação da juntada do documento aos autos.
- b) Uma vez arguida, a regra é que a falsidade seja resolvida como questão principal.
- c) A falsidade deve ser suscitada no prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da intimação da juntada do documento aos autos.
- d) Deve ser realizado o exame pericial, ainda que a parte que produziu o documento concorde em retirá-lo dos autos.
- e) A falsidade não pode ser alegada após a réplica.

DIREITO PENAL*Priscila Silveira*

51. Carlos, maior de 18 anos, portador de transtorno mental transitório, cometeu fato típico e ilícito durante um surto psicótico, ficando comprovado por laudo pericial que, no momento da ação, era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de se determinar de acordo com esse entendimento. À luz do Código Penal e da teoria normativa da culpabilidade, é correto afirmar que a conduta de Carlos:

- a) É isenta de pena, em razão da ausência de imputabilidade penal, sendo cabível a aplicação de medida de segurança.
- b) É punível, pois a imputabilidade se presume em maiores de 18 anos.
- c) Exclui a tipicidade penal, por ausência de elemento subjetivo.
- d) Exclui a ilicitude do fato, diante da incapacidade de autodeterminação.
- e) Afasta o dolo, permitindo apenas a punição por crime culposos, se previsto.

52. Manoel praticou infração penal cuja persecução se dava por meio de ação penal pública incondicionada. Antes do encerramento do processo, sobreveio legislação posterior passando a exigir a representação do ofendido para o prosseguimento da ação.

À luz da situação apresentada e das regras do Direito Penal brasileiro sobre a aplicação da lei penal no tempo, assinale a alternativa correta.

- a) A lei nova deve retroagir de forma automática, pois a modificação da natureza da ação penal possui caráter exclusivamente processual, aplicando-se imediatamente aos feitos em andamento.
- b) As normas penais, inclusive aquelas que disciplinam a ação penal, possuem, como regra, aplicação retroativa.
- c) A lei posterior apenas poderia retroagir se tivesse abolido o crime ou extinto a punibilidade, o que

não ocorreu, já que houve somente alteração quanto à exigência de representação.

d) Aplica-se a legislação vigente na data do julgamento, em observância ao princípio do *tempus regit actum*.

e) As regras relativas à ação penal têm natureza híbrida, sendo normas processuais penais com conteúdo material, razão pela qual recebem tratamento próprio das normas penais materiais.

53. No que se refere às causas de extinção da punibilidade previstas no ordenamento penal brasileiro, assinale a alternativa correta.

a) O falecimento do autor do fato constitui causa de extinção da punibilidade, independentemente da fase em que se encontre o processo ou do momento da prática do delito.

b) A prescrição como causa extintiva da punibilidade pode ser reconhecida a qualquer tempo, não se submetendo aos prazos estabelecidos conforme a pena cominada ao delito.

c) O perdão judicial configura hipótese de extinção da punibilidade e pode ser concedido em qualquer etapa do processo, desde que o crime tenha sido praticado de forma culposa.

d) Na ação penal exclusivamente privada, a renúncia ao direito de queixa extingue a punibilidade, ainda que já tenha sido iniciada a fase de instrução processual.

e) O cumprimento total da sanção aplicada não acarreta a extinção da punibilidade, uma vez que esta somente se extingue com o trânsito em julgado da sentença condenatória.

54. Tício, ocupante de cargo público em uma autarquia federal, após ser aprovado em estágio probatório e adquirir estabilidade, passa a enfrentar dificuldades financeiras. Aproveitando-se do livre acesso que possui ao sistema de dados e aos arquivos físicos da repartição por conta de suas funções, Tício altera a verdade sobre fato juridicamente relevante em um testamento particular que estava sob custódia da unidade, inserindo declaração que sabia ser falsa para beneficiar um terceiro. Diante desse contexto e à luz das disposições do Código Penal sobre crimes contra a fé pública, assinale a alternativa correta. Tício responderá pelo crime de:

- a) Falsidade ideológica, sem incidência de aumento de pena, uma vez que o testamento é de natureza particular.
- b) Falsidade ideológica, com aumento de pena de sexta parte, pois o testamento particular é equiparado a documento público para fins penais e o agente é funcionário público.
- c) Falsificação de documento particular, com pena aumentada de sexta parte, pois Tício valeu-se das facilidades do cargo público.
- d) Falsificação de documento público, pois todo documento que está sob custódia da Administração Pública torna-se público por natureza.
- e) Falsidade ideológica, com aumento de pena de sexta parte, em razão de o crime ter sido praticado por funcionário público, valendo-se do cargo, embora o documento mantenha sua natureza estritamente particular para fins de pena-base.

55. Ricardo exerce a função de chefe do setor de pessoal na Delegacia-Geral da Polícia Civil de determinado Estado. Agindo por tolerância indevida, deixou de adotar as providências cabíveis para apurar e responsabilizar um servidor subordinado que praticou irregularidade no exercício de suas atribuições funcionais.

Com base nos conhecimentos acerca dos crimes contra a Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- a) Ricardo praticou o crime de condescendência criminosa.
- b) Ricardo praticou o crime de excesso de exação.
- c) Ricardo praticou o crime de advocacia administrativa.
- d) Ricardo praticou o crime de corrupção passiva.
- e) Ricardo praticou o crime de concussão.

56. Após sofrer um acidente em sua residência, sem qualquer vínculo com suas atividades profissionais, Rafael, agindo de forma dolosa, dirigiu-se ao setor de recursos humanos da empresa Ômega, na qual trabalha, e passou a constar informação falsa em determinado documento particular, com o objetivo de imputar à pessoa jurídica a responsabilidade pelo evento ocorrido. Diante dessa situação hipotética e à luz das disposições do Código Penal, assinale a alternativa que indica o(s) crime(s) pelo(s) qual(is) Rafael responderá.

- a) Falsificação de documento particular, na forma simples, e falsidade ideológica, na forma qualificada, em concurso.
- b) Falsificação de documento particular, na forma qualificada.
- c) Falsificação de documento particular, na forma simples.
- d) Falsidade ideológica, na forma qualificada.
- e) Falsidade ideológica, na forma simples.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL*Ivo Martins*

57. Considerando os princípios fundamentais que regem o processo penal brasileiro, identifique qual das proposições abaixo NÃO está em conformidade com a doutrina e jurisprudência dominantes.

- a) Quando se trata de ação penal privada, o princípio da indivisibilidade determina que, se o querelante optar por não oferecer queixa em relação a alguns dos autores do delito, essa renúncia beneficiará todos os demais autores envolvidos.
- b) Para as infrações penais de pequeno potencial ofensivo, o princípio da discricionariedade temperada permite que o Ministério Público deixe de propor a denúncia quando houver aceitação e cumprimento de acordo de transação penal pelo agente.
- c) O magistrado fica impedido de condenar fundamentando-se unicamente em elementos probatórios obtidos durante o inquérito policial, excetuando-se a hipótese em que as testemunhas deixarem de comparecer ao tribunal devido a intimidação exercida pelo réu.
- d) Conforme o princípio da presunção de inocência (ou da não culpabilidade), o processo penal brasileiro não admite a utilização de prisão como antecipação de sanção, mesmo quando o delito é grave, causa grande repercussão social e compromete significativamente a segurança pública.
- e) A limitação do princípio da publicidade no processo penal é admissível quando existir relevante interesse público ou considerações de moralidade que o justifiquem.

58. Analise as proposições sobre a aplicação temporal e espacial da legislação processual penal brasileira e assinale a alternativa correta.

- a) A legislação processual penal incide sobre brasileiros residentes no exterior, sem necessidade de acordo ou tratado internacional.

b) A lei processual penal incide apenas sobre fatos que ocorram após sua entrada em vigor, não se aplicando em processos já em andamento.

c) A lei processual penal incide sobre fatos praticados dentro do território brasileiro, com exceção dos acordos internacionais, tratados e normas de direito internacional.

d) A lei processual penal incide com efeito retroativo, anulando atos anteriormente praticados que contrariem a posição da defesa.

e) A lei processual penal incide com efeito retroativo relativamente às provas que possam servir de base para a decisão condenatória.

59. Um delegado de polícia, após meses de investigação sobre um crime de roubo qualificado, esgotou todas as possibilidades investigativas sem conseguir identificar o autor. Diante dessa situação, conforme o Código de Processo Penal e os entendimentos doutrinários consolidados, é correto afirmar que:

- a) não lhe é permitido requerer o arquivamento dos autos do inquérito policial, pois o procedimento investigativo não pode ser descontinuado;
- b) lhe é permitido requerer o arquivamento dos autos do inquérito policial, pois o procedimento investigativo comporta discricionariedade;
- c) lhe é permitido requerer o arquivamento dos autos do inquérito policial, pois o procedimento investigativo pode ser dispensado;
- d) não lhe é permitido requerer o arquivamento dos autos do inquérito policial, pois o procedimento investigativo possui caráter oficial;
- e) lhe é permitido requerer o arquivamento dos autos do inquérito policial, pois o procedimento investigativo pode ser conduzido de forma discricionária.

60. Em um inquérito policial, o promotor de justiça promoveu o arquivamento do feito. O ofendido, discordando, acionou a revisão ministerial conforme o art. 28 do CPP, mas o Procurador-Geral manteve a decisão de arquivamento. Nesse contexto, a decisão do Procurador-Geral que mantém o arquivamento:

- a) não comporta recurso.
- b) pode ser impugnada por mandado de segurança.
- c) pode ser impugnada por habeas corpus.
- d) é passível de revisão judicial.
- e) pode ser impugnada por apelação.

61. Um delegado de polícia instaurou inquérito para investigar um crime de latrocínio e estupro. Após a conclusão das investigações, o Ministério Público ofereceu denúncia pelos crimes. O juízo da Vara Criminal, ao analisar a exordial acusatória, entendeu que, na verdade, ocorreram os crimes de homicídio, estupro e roubo, os dois últimos conexos ao primeiro. Nessa hipótese, o juízo da Vara Criminal deverá:

- a) abdicar de sua competência quanto ao homicídio para o Tribunal do Júri e prosseguir julgando roubo e estupro;
- b) processar o estupro como crime conexo e abdicar de sua competência quanto a homicídio e roubo para o Tribunal do Júri;
- c) declinar de sua competência quanto a homicídio, assim como quanto aos crimes vinculados de roubo e estupro para o Tribunal do Júri;
- d) processar o roubo como crime conexo e abdicar de sua competência quanto a homicídio e estupro para o Tribunal do Júri;
- e) manter sua competência por força da prevenção e processar homicídio, bem como os crimes vinculados de roubo e estupro.

62. Considerando as matérias e incidentes processuais, particularmente no tocante às exceções disciplinadas pelo Código de Processo Penal Brasileiro, identifique a alternativa que apresenta uma proposição equivocada:

- a) Pode ser suscitada exceção de ilegitimidade de parte.
- b) Pode ser suscitada exceção de litispendência.
- c) Pode ser suscitada exceção de procedência.
- d) Pode ser suscitada exceção de incompetência de juízo.
- e) Pode ser suscitada exceção de suspeição.

63. Em um processo penal, o juiz necessita formar sua convicção sobre os fatos alegados pelas partes. Considerando a legislação processual penal brasileira e os princípios que regem a produção e apreciação de provas, assinale a alternativa que expressa corretamente a disciplina legal sobre esse tema:

- a) O magistrado formará seu convencimento mediante apreciação vinculada da prova colhida em contraditório processual.
- b) O magistrado não poderá fundar sua decisão unicamente em dados informativos obtidos durante a investigação, mesmo que se trate de provas urgentes, irrepetíveis ou antecipadamente colhidas.
- c) Conforme o princípio da imparcialidade, o magistrado não poderá, sob nenhuma circunstância, ordenar a produção de provas sem anuência das partes envolvidas.
- d) São inadmissíveis as provas obtidas ilicitamente em desacordo com normas constitucionais ou legais, devendo ser desentranhadas dos autos processuais.
- e) Incumbe à parte que alega um fato comprovar tal alegação, embora o magistrado possa redistribuir o encargo probatório conforme a relevância do fato acusado.

LEGISLAÇÃO*Tiago Zanolla*

64. À luz das normas que disciplinam os documentos expedidos pelas unidades organizacionais da Corregedoria e os instrumentos técnicos elaborados por seus juízes auxiliares e servidores habilitados, assinale a alternativa correta.

- a) O memorando é instrumento de comunicação interna e externa, podendo ser expedido em meio físico ou eletrônico, sem exigência de confirmação de recebimento pelo destinatário.
- b) A certidão e a declaração distinguem-se pelo fato de que a certidão afirma situação constatada pelo agente declarante, ainda que não registrada em assentamentos públicos.
- c) O ofício é instrumento de comunicação externa, destinado a agentes que não integram a estrutura administrativa do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, devendo ser encaminhado, sempre que possível, por meio eletrônico.
- d) O parecer, a rotina administrativa e o manual podem ser elaborados por qualquer servidor da unidade organizacional, independentemente de habilitação ou vinculação funcional com a Corregedoria.
- e) O manual é instrumento autônomo e independente, expedido sem necessidade de vinculação a rotina administrativa, destinando-se exclusivamente à comunicação interna.

65. Sobre os pedidos de busca de informações judiciais perante os Distribuidores e Ofícios de Registro de Distribuição, assinale a alternativa correta.

- a) Na matéria cível, o pedido de busca poderá ser atendido desde que o interessado indique, obrigatoriamente, todos os cinco elementos identificadores do processo.
- b) Em matéria criminal, a prestação de informações somente será possível se o interessado indicar com precisão o número do processo e o nome completo das partes.

c) É permitido ao Distribuidor fornecer listas gerais de distribuições realizadas, desde que não contenham indicação do tipo de ação ou do assunto.

d) Os pedidos de busca poderão abranger qualquer período temporal, desde que fundamentados e apresentados por escrito.

e) Quando o atendimento ao pedido de busca puder acarretar quebra de sigilo profissional ou comercial, deverá o titular do Ofício ou o Distribuidor suscitar dúvida por escrito à autoridade competente, conforme o caso.

66. Sobre as anotações a serem informadas eletronicamente aos Ofícios de Registro de Distribuição, nos termos do Código de Normas do TJRJ, assinale a alternativa correta.

a) A exclusão de nome de parte do registro original somente pode ocorrer mediante decisão judicial expressa, sendo vedada sua realização de ofício.

b) A baixa pelo cumprimento é ato registral decorrente exclusivamente da extinção do processo por sentença terminativa.

c) A retificação consiste na restauração de registro anteriormente existente que tenha sido objeto de baixa por determinação judicial.

d) A baixa para redistribuição ou por declínio de competência para órgão jurisdicional federal decorre de decisão judicial que determine redistribuição livre ou dirigida, ou o declínio da competência.

e) O cancelamento do registro somente poderá ocorrer nas hipóteses expressamente previstas em lei, sendo vedado quando determinado por decisão judicial.

67. Nos termos do Código de Normas do TJRJ, acerca das hipóteses em que o protocolo integrado não receberá petições ou documentos, mesmo quando destinados a processos físicos, assinale a alternativa correta.

- a) O protocolo integrado poderá receber petições iniciais sujeitas à livre distribuição, desde que acompanhadas dos documentos indispensáveis à propositura da ação.
- b) Petições de adiamento de audiência poderão ser recebidas pelo protocolo integrado, ainda que formuladas com prazo inferior a 30 dias, desde que devidamente justificadas.
- c) Petições destinadas à intimação ou ao arrolamento de testemunhas serão sempre recebidas pelo protocolo integrado, independentemente da data designada para a audiência.
- d) O protocolo integrado não receberá petições e anexos cujo peso ultrapasse quinhentos gramas, ressalvados os Agravos de Instrumento, por estarem sujeitos a porte de remessa e retorno.
- e) É vedado, em qualquer hipótese, o recebimento de autos judiciais físicos pelo protocolo integrado, ainda que por autorização da Corregedoria.

68. À luz do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no que se refere às correções, inspeções e fiscalizações dos serviços judiciais e auxiliares, assinale a alternativa correta.

- a) A função correicional é exercida exclusivamente pela Corregedoria Geral da Justiça, não competindo aos juízes de direito qualquer atuação nessa seara.
- b) A inspeção dos serviços judiciais é realizada apenas em caráter excepcional, mediante prévio aviso, e deve abranger exclusivamente os cartórios judiciais.
- c) A correção extraordinária depende de prévia comunicação à unidade inspecionada e somente pode ser presidida pessoalmente pelo Corregedor-Geral de Justiça.

d) O chefe de serventia deverá apresentar relatório circunstanciado sobre o estado da serventia no prazo de 30 dias da assunção, acompanhado de plano de ação, se houver problemas identificados.

e) Os juízes removidos ou promovidos estão dispensados de realizar inspeção em suas serventias, uma vez que já se submetem à inspeção anual obrigatória.

69. Com base no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, acerca dos pedidos de reconsideração e recursos administrativos contra decisões do Corregedor-Geral de Justiça, assinale a alternativa correta.

- a) O pedido de reconsideração das decisões do Corregedor-Geral de Justiça deverá ser interposto no prazo de 15 dias corridos e possui, como regra, efeito suspensivo.
- b) O pedido de reconsideração independe do recolhimento de custas judiciais, ainda que interposto por particular sem isenção legal.
- c) O recurso administrativo contra decisões do Corregedor-Geral de Justiça será dirigido ao Conselho da Magistratura, no prazo de 8 dias úteis, não possuindo efeito suspensivo.
- d) A insuficiência no valor do preparo do pedido de reconsideração gera deserção imediata, independentemente de intimação para complementação.
- e) O Conselho da Magistratura não possui competência para aplicar a deserção nos recursos administrativos, atribuição exclusiva do Corregedor-Geral de Justiça.

- 70.** De acordo com o Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no que se refere à rotina cartorária, ao manuseio de autos, às comunicações processuais e às cartas precatórias, assinale a alternativa correta.
- a) As fotocópias de peças processuais, ainda que extraídas de processos eletrônicos, devem sempre ser conferidas pela serventia, com cobrança obrigatória das respectivas custas.
 - b) Desarquivados os autos, havendo pedido pendente de apreciação judicial, deverão ser imediatamente encaminhados à conclusão, não podendo retornar ao arquivo sem despacho judicial expresso.
 - c) Nas causas que envolvam direitos indisponíveis, ocorrendo paralisação do feito por mais de 30 dias por culpa da parte, o chefe de serventia deverá dar vista dos autos ao Ministério Público antes de abrir conclusão.
 - d) As cartas precatórias expedidas dentro do Estado do Rio de Janeiro deverão ser encaminhadas preferencialmente por malote digital, sendo vedada a expedição por meio eletrônico.
 - e) A entrega de autos físicos para vista dispensa registro em sistema informatizado quando realizada a advogado regularmente constituído nos autos.
-

Discursiva

Texto Motivador:

Em 2024, a autoridade policial de determinada comarca instaurou inquérito policial para apurar a suposta prática de crime de peculato. Após a realização das diligências cabíveis, o delegado relatou o inquérito sem proceder ao indiciamento, por não vislumbrar elementos suficientes de autoria. Os autos foram encaminhados ao Ministério Público, que, concordando com a autoridade policial e entendendo inexistir justa causa para a ação penal, manifestou-se pelo arquivamento do feito. O Juiz competente, contudo, discordou do pedido de arquivamento. Seis meses após o desenrolar desses fatos, surgiu uma testemunha inédita que afirmou ter gravado a prática delitiva, elemento de prova que não constava nos autos anteriormente.

Comando da Questão:

Considerando a situação hipotética e a jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o Código de Processo Penal, redija um texto dissertativo abordando os seguintes tópicos:

1. Descreva o procedimento atual de arquivamento do inquérito policial à luz da interpretação dada pelo STF ao artigo 28 do Código de Processo Penal.
2. Explique se é possível a retomada das investigações após o arquivamento por falta de provas, citando o entendimento sumulado pertinente.
3. Diferencie os efeitos materiais do arquivamento por falta de provas em relação ao arquivamento por atipicidade da conduta.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>